SINTFUB apoia lockdown e defende vacina para todos

A Coordenação Executiva do SINTFUB se reuniu na manhã da última segunda-feira (01/03) e debateu o Decreto do Governo do Distrito Federal (GDF) que restabeleceu o *lockdown* em Brasília-DF desde o último domingo (28/02) pelo prazo de 15 dias, como medida de contenção do avanço da curva de contágio da COVID-19 na capital do país.

Em virtude deste Decreto, a Reitoria da Universidade de Brasília (UnB) também suspendeu as atividades da Instituição que aconteciam de forma presencial, além de adiar o retorno das aulas presenciais e interromper os trabalhos de natureza não essencial que eram desenvolvidos na UnB.

Mas, para nossa surpresa, o Comunicado Oficial da Reitoria deixou de fora os trabalhadores terceirizados que prestam serviços na UnB. A gestão da Universidade não propõe nenhuma medida para preservar a vida desses trabalhadores, como chegou a fazer em ocasiões anteriores – como, por exemplo, a adoção de escalas alternadas.

O SINTFUB defende que as atividades na UnB só possam ser normalizadas quando houver vacinação em nível que garanta a segurança sanitária da comunidade universitária. Também cobramos que os trabalhadores terceirizados da UnB sejam protegidos, assim como todos os outros.

Os terceirizados são a parte mais vulnerável da força de trabalho da Instituição. Para se deslocarem até a UnB, necessitam do transporte coletivo, onde se arriscam diariamente a uma alta probabilidade de contaminação.

Defendemos, também, a manutenção de todos os empregos dos trabalhadores terceirizados. Recentemente vimos a demissão de 23 porteiros terceirizados que faziam parte do grupo de risco,

desrespeitando um compromisso firmado pela gestão da UnB, que garantiria a manutenção dos empregos desses trabalhadores.

Por fim, afirmamos que o Decreto do GDF foi necessário, mas tardio. Somente foi publicado quando o Distrito Federal tinha um único leito de UTI. Agora temos mais de 100 pessoas, entre a vida e a morte, na fila por um leito de UTI, o que deixa a impressão que o texto do GDF foi publicado quando o sistema de saúde já havia colapsado.